



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Flávia Marina Capa de Brito Lopes

**Violência doméstica contra homens:
Perceções das forças de segurança**



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Flávia Marina Capa de Brito Lopes

**Violência doméstica contra homens:
Perceções das forças de segurança**

Dissertação de Mestrado

Mestrado Integrado em Psicologia

Trabalho efetuado sob a orientação da

Professora Doutora Marlene Alexandra Veloso Matos

Declaração

Nome: Flávia Marina Capa de Brito Lopes

Endereço eletrónico: a65573@alunos.uminho.pt

Telemóvel: -----

Número do Bilhete de Identidade: 13845722

Título da Tese de Mestrado:

Violência doméstica contra homens: Perceções das forças de segurança

Orientador:

Professora Doutora Marlene Alexandra Veloso de Matos

Ano de Conclusão: 2016

Designação do Mestrado: Mestrado Integrado em Psicologia

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, ____ de _____ de _____

Assinatura: _____

Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
1. Introdução.....	6
1.1. Violência doméstica contra homens	7
1.2. Denúncia.....	9
1.3. Motivos para permanecer na relação abusiva	10
1.4. Razões para a agressão	11
1.5. Percepções das forças de segurança	12
2. Metodologia	14
2.1. Hipóteses	14
2.2. Amostra	14
2.2.1 Caracterização global dos participantes	14
2.2.2. Experiência e formação profissional	16
2.3. Instrumentos/medidas.....	18
2.4. Procedimentos	18
2.5. Metodologia de análise de dados	19
3. Resultados	19
3.1. Percepções sobre VD contra os homens	19
3.1.1. Análises correlacionais e diferenciais	24
4. Discussão.....	26
5. Conclusão.....	29
5. Referências Bibliográficas	30

Índice de tabelas

Tabela 1: Caracterização dos participantes	15
Tabela 2: Experiência e formação dos participantes	17
Tabela 3: Respostas dos participantes ao inventário	21

Agradecimentos

Gostaria, antes de mais, de referir a pessoa que tornou todo este percurso possível e à qual estou imensamente grata Professora Marlene Matos, orientadora da minha tese de Mestrado, pelo apoio, incentivo e disponibilidade demonstrada em todo o processo que levou à concretização deste estudo, juntamente à paciência demonstrada nas fases mais abruptas, aliada à preocupação sempre presente, deixo a minha grande apreciação e o meu profundo agradecimento. Também gostaria de agradecer à Doutora Andreia Machado pela paciência, dedicação e ajuda que me proporcionou. Aproveito para dar as minhas sinceras congratulações à Doutora pelos trabalhos desenvolvidos na área da violência doméstica contra homens, importantes para divulgar esta temática ainda muito marginalizada.

Gostaria de agradecer também à equipa de investigação pela ajuda e companheirismo, em especial à Gisela Carvalho, pela ajuda, paciência e amizade que, sem dúvida foi uma aliada crucial para que hoje eu conseguisse concluir esta dissertação.

Gostaria ainda de agradecer:

À GNR e à PSP e a todos os profissionais que se disponibilizaram para participar neste estudo. Sem a vossa participação e disponibilidade este estudo não seria possível! Espero que esta investigação venha a gerar frutos úteis para uma melhoria da intervenção das forças de segurança em casos de violência doméstica contra homens.

Aos meus pais e à minha irmã pela paciência, amor e força que me transmitiram.

Ao Jota que me aturou incondicionalmente, nunca desistindo de estar ao meu lado!

Ao meu melhor amigo e padrinho Ricardo, que me apoiou e suportou o meu mau humor.

Ao André, que me ajudou esclarecendo todas as minhas dúvidas.

À minha para sempre “colega de quarto” Marisa e ao meu amigo da residência Pedro, por se preocuparem comigo e nunca me deixarem desmoronar neste longo percurso de cinco anos académicos.

O meu profundo agradecimento a todos aqueles que durante este tempo se cruzaram comigo e me deram motivação para seguir em frente, é por vocês que hoje posso dizer “Eu consegui!”.

Resumo

A violência doméstica é um fenómeno preocupante a nível nacional e internacional. Nesses cenários, as forças de segurança são, muitas vezes, chamadas a intervir. Apesar do crescente mediatismo e investigação associados a esta temática, quando as vítimas são homens o cenário muda de figura. O objetivo deste estudo foi compreender as percepções das forças de segurança relativamente à violência doméstica contra os homens, exercida em relações heterossexuais. Razões para a agressão, motivos para permanecer na relação abusiva, obstáculos à denúncia e aspetos sociais associados aos homens vítimas (e.g., é mais fácil o homem deixar a relação) foram as variáveis estudadas. Foi difundido um inventário *online* junto dos profissionais da Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública com um conjunto de afirmações sobre esta temática. Dos 1653 participantes, a generalidade revelou percepções ajustadas sobre este fenómeno ao nível das dimensões estudadas. Contudo, a ambiguidade encontrada nas respostas é preocupante. Os participantes mais novos, do sexo feminino e com níveis de escolaridade superiores apresentaram, no geral, percepções mais ajustadas à realidade da violência doméstica contra os homens. Os resultados são discutidos e são referidas implicações para a prática junto desta população.

Palavras-chave: Violência doméstica, homens, vítimas, percepções, forças de segurança

Abstract

Domestic violence is a concerning phenomenon in both national and international level. In these scenarios, police forces are often called upon to intervene. Despite the growing press and investigation associated to this thematic, when the victims are men the scene changes. The aim of this study was to understand the perceptions of the police forces towards domestic violence against men, in heterosexual relationships. Reasons to aggression, motives to stay in the abusive relationship, obstacles to report and social issues associated with male victims (eg, it is easier for a men to leave a relationship) were the studied variables. An online inventory was distributed to professionals of the Guarda Nacional Republicana and Polícia de Segurança Pública with a set of statements on this subject. Of the 1653 participants, the majority revealed adjusted perceptions of this phenomenon, based on the studied dimensions. However, the ambiguity found in the responses is disturbing. Younger female participants, with higher education levels exhibit more adjusted perceptions to the reality of domestic violence against men, generally. The results are discussed and implications to good practice within this population are given.

Keywords: domestic violence, male victims, perceptions, security forces

1. Introdução

Desde a viragem do século que, em Portugal, a violência doméstica (VD) é considerado crime público. Segundo o decreto de lei nº 59/2007 de 4 de Setembro, a VD¹ consiste no ato de infringir danos físicos ou psíquicos, *“incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais, a quem coabite ou não com o agressor/a e/ou mantenha uma relação de intimidade”*.

A VD é um fenómeno que tem requerido crescente preocupação a nível internacional, por exemplo, o Nacional Crime Victimization Survey, considerando a relação vítima-ofensor, entre os anos de 2003 e 2012, revelou que cerca de 15% dos inquiridos eram vítimas de VD, sendo que 55% dos casos foram reportados às forças de segurança (U.S. Department of Justice, 2014).

A nível nacional, o cenário também é preocupante, uma vez que no ano de 2015, segundo dados da Direção Geral da Política da Justiça (DGPIJ), a VD foi o quarto crime mais participado em termos nacionais, contabilizando-se 22.469 casos e o segundo no que respeita ao crime contra pessoas (DGPIJ, 2016). Segundo estatísticas relativas ao ano transato, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou 18.679 queixas de VD, totalizando por si só mais de 50% dos registos criminais (APAV, 2016).

De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna, a maioria das vítimas era do sexo feminino e os denunciados eram maioritariamente do sexo masculino, com valores acima dos 80% (RASI, 2015). Nas estatísticas do Ministério de Administração Interna (SGMAI) relativas a participações de VD no ano de 2014, verificaram-se 27317 ocorrências às Forças de Segurança (FS), sendo que 15591 foram à Polícia de Segurança Pública (PSP; 57,1%) e 11726 foram à Guarda Nacional Republicana (GNR; 42,9%). No primeiro semestre de 2015 registaram-se 12998 ocorrências, das quais 7394 eram da PSP (56,9%) e 5604 da GNR (43,1%; SGMAI, 2015).

¹ Este fenómeno pode ser designado de várias formas, nomeadamente violência na intimidade ou violência conjugal. Contudo, a expressão que será adotada neste estudo é a de violência doméstica (VD), uma vez que esta é a designação utilizada no código penal na tipificação deste crime.

1.1. Violência doméstica contra homens

Estudos defendem que a violência pode ser bi-direcional e multifacetada (Hines & Douglas, 2010a) sendo importante compreender o fenómeno de VD como um todo, independentemente do sexo da vítima ou perpetrador (Machado & Matos, 2012). Para tal, é crucial admitir que a VD não se circunscreve só a vítimas no feminino (Sousela, 2006) e que a investigação não se deve focar apenas em quem perpetra mais, nem em quem é mais vítima deste fenómeno (Hines & Douglas, 2009).

Segundo os dados mais recentes do National Crime Victimization Survey, 18% dos homens inquiridos foram vítimas de VD (U.S. Department of Justice, 2014).

A nível europeu, dados da organização Parity revelaram que aproximadamente 40% das vítimas de VD eram homens (Parity, 2010).

Em Portugal o panorama é igualmente preocupante. Num estudo realizado no Instituto de Medicina Legal ($n=535$), 11,5 % dos casos avaliados correspondiam a vítimas do sexo masculino, cuja perpetradora era mulher e, havendo um historial de violência física e psicológica na maioria dos casos (81,6%; Carmo, Grams & Magalhães, 2011). Nas estatísticas oficiais, no ano de 2014, segundo dados do SGMAI, 16% das vítimas eram do sexo masculino (SGMAI, 2015). No ano de 2015, de acordo com os dados da APAV, foram recebidos 388 pedidos de ajuda de homens vítimas de VD, em relações heterossexuais, maioritariamente casados (50,2%), com ensino superior (48,7%), empregados (54,2%) mantendo, atualmente, uma relação conjugal com a perpetradora (50,8%:APAV, 2016).

No plano conceptual, a VD historicamente era vista como um problema individual (Shuler, 2010). Mais recentemente tem sido amplamente reconhecida como um crime grave e um problema social com implicações complexas (e.g., Dobash & Dobash, 2004; Matos, 2006; Shuler, 2010). Apesar do crescente interesse atual por esta temática, a atenção científica dada a esta questão remonta dos anos 70, quando Steinmetz (1977, como citado em Casimiro, 2008) divulgou o conceito de “síndrome do homem espancado”. Também nesta década, Gelles (1974, como citado em Hines & Douglas, 2010) mostrou interesse pelo estudo científico desta temática. Depois disso, o estudo deste fenómeno assumiu gradualmente um lugar de destaque na literatura científica internacional (e.g., Archer, 2000; Costa et al, 2015; Hines, Brown, & Dunning 2007; Hines & Douglas, 2011; Randle & Graham, 2011; Tsui, Cheung, & Leung, 2010).

Dois perspetivas têm dominado o estudo deste fenómeno: a perspetiva dos sociólogos da família e a patriarcal, defendida essencialmente pelo movimento feminista (e.g., Archer,

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA HOMENS

2000; Casimiro, 2008). A primeira defende que os homens, tal como as mulheres, são igualmente vítimas e perpetradores de VD, incidindo os estudos na população geral (e.g., Archer, 2000; Casimiro, 2008; Hamberger, 2005; Hamberger & Larsen, 2015). Já a segunda assume que os homens são maioritariamente perpetradores (e.g., fisicamente e economicamente dominantes) e as mulheres vítimas, descritas como subordinadas e controladas pelo sexo oposto. Esta perspetiva baseia-se em estudos exclusivamente realizados com mulheres vítimas sobretudo em casa de abrigo e/ou com amostras clínicas (e.g., Archer, 2000; Casimiro, 2008).

Apesar da existência de diferentes conceções teóricas, esta investigação enquadra-se na perspetiva dos sociólogos da família (e.g., Archer, 2000; Casimiro, 2008), uma vez que defende a evolução do paradigma para uma visão mais realista e concreta, onde os homens são igualmente vítimas e as mulheres perpetradoras de VD (Bair-Merritt et al., 2011; Machado & Matos, 2014; Randle & Graham, 2011).

A nível científico, as dissemelhanças sobre a prevalência da VD contra homens deve-se à utilização de diferentes metodologias, de distintos pressupostos teóricos e da angariação de amostras diferentes (e.g., Archer, 2000; Casimiro, 2008). Numa meta análise realizada por Archer (2000) é sustentado que as medidas baseadas em atos (e.g., tipos de violência distintos) ou em consequências (e.g., severidade dos ferimentos) levam a resultados diferentes. Vários estudos internacionais sistematizaram os tipos de VD vivenciados pelos homens vítimas. Numa investigação onde foram analisados vários pedidos de ajuda de uma linha telefónica especializada ($n=190$), concluiu-se que o medo, a perseguição e o controlo por parte das parceiras, a violência física, as ameaças, o abuso emocional, o isolamento social e o abuso socioeconómico eram os tipos de violência mais relatados (Hines, Brown, & Dunning, 2007). Machado e Matos (2014), numa revisão de estudos internacionais, concluíram que, não descurando a discrepância de prevalências entre estudos, o tipo de violência mais reportada pelos homens era a psicológica (7.7% - 100%), sucedendo-se a violência física com alguma disparidade (1.4% - 98.7%) e, numa percentagem inferior, a violência sexual (0.1% - 41.1%). Recentemente, Machado, Graham-Kevan, & Matos (2016) constataram que, quanto à violência psicológica, 66.8% dos homens eram vítimas e 67,5% eram perpetradores desse tipo de violência, à coerção sexual 35.2% eram vítimas e 43.8% perpetradores e quanto à violência física, 20.4% eram vítimas e 16.8% autores deste tipo de violência.

1.2. Denúncia

A procura de ajuda parece ser influenciada pela percepção da sociedade sobre as diferenças de género. Tsui, Cheung, & Leung, 2010, num estudo sobre serviços de saúde revelou que os homens procuram menos ajuda que as mulheres. Percepções que enaltecem a capacidade física do homem de se defender e de permanecer longe de relações íntimas violentas, bem como as expectativas sociais sobre a capacidade física e económica para resolver os seus próprios problemas, conduzem à ideia do homem como vítima seja inconcebível (Hines e Douglas, 2010a, b). Assim, os homens debatem-se interna e externamente com a manutenção de um ideal masculino (e.g., sexo dominante; Shuler, 2010). Desta forma, quando são vítimas de VD, os homens enfrentam lutas de “conciliação” entre a vitimação e a percepção de sua masculinidade (Tsui et al., 2010). Talvez, por via disso, muitos dos homens vítimas não admitam sua condição e não procurem ajuda profissional (Barber, 2008; Hines, 2007). Um estudo qualitativo realizado por Tsui e colegas (2010) revelou que os homens não procuram ajuda devido a obstáculos sociais e à falta de apoio. Vergonha, medo, negação, estigma e, sobretudo, o facto do sistema de apoio não tratar os homens da mesma forma, são obstáculos à procura de apoio. Também o medo de serem conotados como autores, especialmente estes retaliarem, impede-os de denunciarem o abuso (Hines, 2007).

Estas vítimas, enfrentam portanto obstáculos internos (negação, medo que não acreditem na sua história, vergonha e confusão emocional) e externos (falta de serviços apropriados, preconceito, proteção social do agressor que é considerado automaticamente vítima por causa do sexo) à procura de ajuda, contribuindo para a manutenção da invisibilidade da VD contra homens (e.g., Barber, 2008; Hines et al., 2007; Tilkbook et al., 2010; Tsui et al., 2010). Quando procuram ajuda em serviços responsáveis pela abordagem de VD (e.g., centros de apoio à vítima), estas vítimas tendem a relatar obstáculos como serem mandados embora, rirem-se deles, acusá-los de serem os agressores e/ou encaminha-los para um programa de agressores (e.g., Hines & Douglas, 2011; Hines et. al., 2007; Hines & Douglas, 2011a). Muitas instituições tratam o homem como único autor (Tsui, 2014), levando-o a desistir de procurar apoio (Hines et al., 2007).

Num estudo de Hines e Douglas (2011a) com homens vítimas ($n=302$), metade procurou ajuda formal e mais de metade classificou-a como não sendo útil, uma vez que algumas instituições apenas ajudavam mulheres (78.3%), outras eram tendencialmente contra homens (95.3%) e outras acusaram-nos de serem agressores (63.9%). Recentemente, um estudo nacional realizado com homens vítimas ($n=89$) revelou que preferiam procurar ajuda

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA HOMENS

informal (e.g., família), não considerando útil o apoio prestado pelas instituições formais (e.g., sistema judicial), à exceção daquele prestado pelos profissionais de saúde (Machado, Denise & Matos, 2016). As vítimas que não procuraram (76.4%) apontaram como razões o facto não se identificarem como vítimas (64.7%), vergonha (30.9%), desconfiança em relação ao sistema de apoio (19.1%), receio de não acreditarem na sua história (10,3%) e medo de retaliação da companheira (8.8%; Machado et al., 2016).

Num estudo que analisou telefonemas de homens vítimas para uma linha de apoio ($n=190$), metade revelou que as suas companheiras deram afirmações falsas ao sistema judicial a fim de ganhar a custódia dos filhos ou obter ordem de restrição (Hines et al., 2007).

1.3. Motivos para permanecer na relação abusiva

Devido à natureza controversa do tema, existem poucos estudos acerca de homens vítimas de VD (e.g., Hines & Douglas, 2009), sobretudo no que respeita aos motivos para permanecer na relação (Hines & Douglas, 2010a). As vítimas de VD são frequentemente culpadas de permanecer na relação (Eckstein, 2011).

Num estudo com homens vítimas ($n=302$), Hines e Douglas (2010 a) concluíram que a agressão de que são alvo não é trivial, sendo prejudicial a nível físico, psicológico e social (e.g., 93-96% foram vítimas de agressão psicológica grave). Apesar dos homens serem geralmente mais fortes fisicamente, podendo travar a agressão da companheira, a primeira reacção é afastarem-se não agredindo em retaliação, devido às objeções morais associadas a agredir uma mulher e o receio de serem conotados como agressores, serem presos ou até perderem a custódia dos filhos (Hines & Douglas, 2010 a). Aqui, metade da amostra relatou que as companheiras fizeram falsas acusações para o sistema judicial (e.g., acusarem-nos de serem os agressores e de abusarem sexualmente dos filhos). O amor, o compromisso com o casamento e com os filhos (e.g., medo de perder a custódia) foram os principais motivos apontados para permanecer. Contudo, mais de metade dos participantes confessou que a falta de recursos económicos e os constrangimentos profissionais e sociais que podiam advir de possíveis acusações e exposição da vida privada faziam-nos permanecer na relação (Hines & Douglas, 2010 a).

Num estudo realizado com mulheres ($n=339$) e homens ($n=106$) vítimas de VD, constatou-se que os homens escolhiam razões para ficar na relação relacionadas com força

pessoal, parentalidade e desejo de proteger os outros, pontuando mais nos itens relativos a permanecer na relação por ser o mais forte e ter o dever de proteger a agressora e a necessidade dos filhos crescerem com ambos os pais (Eckstein, 2011).

Recentemente, num estudo com homens vítimas ($n=89$), Machado, Hines e Matos (2016) revelou que o amor (73%), a esperança que a companheira mude (64%), o desejo de manter ambiente familiar (64%), a dependência emocional (48%) e a preocupação com os filhos (44.9%) eram as razões apontadas para a permanência na relação.

1.4. Razões para a agressão

De acordo com a perspectiva patriarcal, as mulheres apenas perpetram VD em auto-defesa ou retaliação (e.g., Dobash & Dobash, 2004). Em contraste, a perspectiva dos sociólogos da família refere que ambos os sexos têm motivações semelhantes (e.g., Hines e Douglas, 2010b). Contudo, atualmente, vários estudos têm revelado que a auto-defesa não é a única nem mais relatada razão para a agressão (e.g., Hines & Malley-Morrison, 2001). Raiva, vingança, controlar/dominar o parceiro, tentativa de obter atenção, inveja e *stress* são algumas das motivações relatadas pelos autores do sexo feminino (e.g., Hamberger, 2005; Kernsmith, 2005).

Recentemente, Neal e Edwards (2015) na sua revisão de literatura analisaram as razões para a agressão atribuídas pelos perpetradores e pelas vítimas de VD, de ambos os sexos. Auto-defesa, ciúmes, raiva/ameaça e tentativa de chamar a atenção foram razões comuns apontadas por perpetradores do sexo feminino e homens vítimas (Neal & Edwards, 2015). Para além destes, as perpetradoras enumeraram a retaliação, a expressão de emoções negativas, a perda de controlo, a punição, a personalidade (da agressora) e a incapacidade de se expressar verbalmente como motivos para a agressão. Os homens vítimas atribuíram a agressão da companheira a fatores como controlo (e.g., fazer com que ele faça/não faça algo, obter algo dele), desregulação emocional (e.g., raiva, mau humor, ciúme), dissolução da relação, punição (e.g., inveja da vítima), ignorância por parte da parceira (e.g., fazer algo para mostrar o seu amor ou porque pensa que a vítima quer fazer isso), retaliação (resposta a algo que foi dito), auto-defesa e uso de álcool e drogas. O consumo de álcool foi apontado como motivo para mulheres (26%) e homens (11.5%) serem agressivos (Hines & Douglas, 2010b).

1.5. Percepções das forças de segurança

Antes da década de 70, o sistema judicial considerava os incidentes de VD como um assunto privado da família, não interferindo nos mesmos (Frazer & Miller, 2009). Esforços oriundos de defensores das vítimas de VD (e.g., feministas), aliados à exposição midiática de casos de homicídio conjugal, conduziu à imposição de políticas preventivas e punitivas para os agressores (Ménard, Anderson & Goldbolt, 2009), levando à alteração radical das intervenções das FS: a VD deixou de ser um problema familiar e passou a constituir um crime punível judicialmente (Russel & Light, 2006).

A nível internacional, são diversos os estudos que abordam VD e as FS. Exemplo disso é um estudo de Russel e Light (2006), realizado com mulheres vítimas ($n=63$) de diferentes crimes e FS ($n=28$). Foram avaliadas diferentes dimensões, nomeadamente o papel das FS, se a vítima percecionava o apoio como merecido ou não e as respostas das FS, concluindo-se que as vítimas sentiam-se mais apoiadas quando as FS adotavam respostas proativas (e.g., dar informações, números úteis ou reencaminhar). Nesse estudo, também se concluiu que as FS concordam com a perspectiva das vítimas no que respeita ao apoio prestado. Contudo acabam por referir que nem sempre agem dessa forma, preferindo adotar respostas mais formais como não deter o agressor ou ter uma intervenção mínima (Russel & Light, 2006).

No que respeita às sanções aplicadas nos casos de VD, um estudo de Muller, Demarais e Hamel (2009), onde foram analisados pedidos de ordem de restrição ($n=157$), verificou-se que os juízes tendem a atribuí-la 13 vezes mais quando esta é pedida por uma mulher vítima. Porém, apenas nos casos de violência de baixo nível (sem uso de armas e sem ferimentos) é que se verificou estas diferenças entre sexos, uma vez que, nos casos onde existia utilização de armas e/ou danos físicos, as diferenças encontradas não foram significativas (Muller, Demarais, & Hamel, 2009). Num outro estudo com FS ($n=258$), no qual estas foram organizadas como grupos experientes ($n=131$, se tinham pelo menos um ano de experiência e pelo menos 10 casos de VD) e novatos ($n=127$, os que não apresentavam os critérios anteriores), concluiu-se que as FS experientes consideram que deter só o marido é mais justo, tendo a tendência de deter o marido e a mulher se esta está embriagada e a deter só o marido quando acreditam que a mulher agiu em legítima defesa (Stalans & Finn, 2006). Logan, Shannon e Walker (2006) concluíram que as FS ($n=315$) tendem a usar sanções mais pesadas para agressores de VD quando existe uso de substâncias do que quando não há e que, à

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA HOMENS

medida que os profissionais adquirem mais experiência, estes percebem as sanções (e.g., detenção ou multas) como menos apropriadas para este tipo de agressores.

Focando-se nas s percepções das FS ($n=309$) sobre episódios de VD, um estudo realizado nos Estados Unidos, verificou que a maioria dos participantes concordava que os homens relatam menos incidentes de VD que as mulheres, contudo ambos tem igual tendência para envolver-se em episódios de VD (Gover, Paul, & Dodge, 2011). Num outro estudo onde foram analisados 128 casos de VD, foi possível concluir que as FS referem que as mulheres que são perpetradoras utilizam maioritariamente abuso verbal e violência física de pequena proporção, sendo descritas como “alcoólicas” e “mentalmente doentes” (Hester, 2012).

Em Portugal, a literatura que aborda as percepções das FS e a VD, principalmente quando as vítimas são do sexo masculino, é escassa. Numa investigação com diferentes classes profissionais que incluiu, entre outros, 60 agentes da Polícia de Segurança Pública (PSP) e 25 militares da Guarda Nacional Republicana (GNR), concluiu-se que mais de metade dos profissionais das FS (50,6%) considerava que os maus tratos infringidos durante o matrimónio são um problema que afeta parte da população (Machado et al., 2009). Num outro estudo que envolvia, entre outros, a PSP ($n= 108$) e a GNR ($n=101$), verificou-se que os resultados mais elevados foram no fator “legitimação e banalização da pequena violência”, o que indica que os participantes tendiam a concordar mais com esses itens, sendo também concluído que os participantes do sexo masculino e aqueles que tinham níveis de escolaridade inferiores exibiam níveis mais altos de legitimação de violência em todos os fatores (Matos & Cláudio, 2010).

O presente estudo visou captar as percepções das FS relativamente à VD em relações heterossexuais, nomeadamente em relação às razões para a agressão, aos motivos para permanecer na relação abusiva, aos obstáculos à denúncia e sobre aspetos sociais associados aos homens vítimas (e.g., é mais fácil para o homem deixar a relação). Uma vez que, a investigação anterior mostra que a VD contra homens é uma área que requer atenção (Logan, Shannon, & Walker, 2006; Machado & Matos, 2014), não existindo estudos que relacionem as percepções das FS com as temáticas das subescalas analisadas nesta investigação, este estudo torna-se pertinente para a investigação na área. É importante que as investigações não se centrem em seja quem sofre mais ou perpetrada mais (e.g., Casimiro, 2008; Hines & Douglas, 2009), mas antes, se foquem na existência e na complexidade do fenómeno de VD (e.g., Bair-Merritt et al., 2011; Machado & Matos, 2012; Randle & Graham, 2011). Assim, tendo em conta o quadro da investigação em Portuga, esta investigação é uma mais-valia pois

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA HOMENS

(1) é ainda escassa a investigação acerca da VD contra homens, a nível nacional mas também internacional; (2) faltam estudos sobre as percepções das FS quanto à VD contra os homens; (3) não existem estudos que relacionem as percepções das FS com estas variáveis; (4) a análise das percepções das FS permite decifrar áreas deficitárias, podendo ser melhoradas e, por conseguinte, tornar a intervenção da FS mais eficaz.

2. Metodologia

Este estudo, assente num *design* quantitativo, visou captar as percepções das FS em casos de VD contra homens, envolvidos em relações heterossexuais.

2.1. Hipóteses

No presente estudo foram colocadas as seguintes hipóteses: (H1) as FS, na globalidade, têm percepções ajustadas acerca da VD contra homens; (H2) os participantes com maior nível de escolaridade apresentam percepções mais ajustadas sobre a VD contra homens; (H3) as participantes do sexo feminino têm percepções mais ajustadas que os do sexo masculino; (H4) os participantes mais novos apresentam percepções mais ajustadas; e (H5) se um maior nível de experiência profissional com casos de VD e VD contra homens estava relacionado com percepções mais ajustadas sobre o fenómeno.

2.2. Amostra

A amostra do tipo aleatório simples foi composta por elementos da GNR e da PSP, tendo como critério único de inclusão pertencer a estas FS. Dos 2327 participantes que iniciaram a sua participação, apenas foram analisadas 1653 respostas, referentes aos participantes que preencheram todas as questões do instrumento (taxa de adesão de 71%).

2.2.1 Caracterização global dos participantes

Dos 1653, a maioria pertencia à PSP (72.7%) e os restantes à GNR (27.3%). Cerca de 73 % eram Agentes/Guardas, aproximadamente 18% eram Chefes/Sargentos (Sargentos e

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA HOMENS

Chefes da Polícia) e os restantes eram Oficiais (8.8%). Os participantes eram, maioritariamente, do sexo masculino (89%), casados/unidos de facto (72.2%), com idades que variaram entre os 21 e os 62 anos, com uma média de 40.05 anos ($DP= 8.64$), pertencendo na generalidade à faixa etária dos 25 aos 44 anos (66.2%). Maioritariamente apresentavam o ensino secundário (67.2%) e cerca de 21.5% o ensino superior (cf. tabela1).

Tabela 1:

Caracterização dos participantes (n = 1653)

	Participantes
	%
Sexo	
Masculino	89
Feminino	11
Faixa etária	
< de 25 anos	2.4
25 – 44 anos	66.2
45 – 65 anos	31.4
Estado Civil	
Solteiro	20
Casado/ Unido de facto	72.2
Viúvo	.2
Divorciado	7.6
Escolaridade	
1º Ciclo	.1
2º Ciclo	1.1
3º Ciclo	10
Secundário	67.2
Superior	21.5

2.2.2. Experiência e formação profissional

O tempo de serviço dos participantes variava entre 0 e 37 anos, com uma média de 17 anos ($DP= 8.78$).

A maioria dos participantes referiu que já tinham lidado com casos de VD em geral (91%) e com casos de VD contra homens (70.8%). Contudo, apesar de mais de metade dos participantes das FS relataram ter intervindo em, pelo menos 50 casos de VD em geral, nos casos de VD contra homens, a percentagem de participantes envolvidos em mais de 50 casos foi muito reduzida (0.4 %).

No que respeita aos casos de denúncia e contra denúncia (isto é, cada um dos membros do casal/ ex-casal apresentou queixa contra o outro membro), a maioria dos participantes (84.7 %) admitiu não ter lidado ainda com esta situação. Sublinha-se que, nas questões anteriormente reportadas acerca do número de casos, muitos dos participantes referiram desconhecer ou não conseguir contabilizar o valor exato.

No que respeita à formação profissional, 64.1% dos participantes revelou não ter qualquer formação na área da VD, 9.6% referiu ter recebido formação sobre o fenómeno através da própria instituição (formação institucional) e 0.8 % receberam formação através de outras entidades (formação não institucional). Só 1.9% apontou ter recebido formação institucional e não institucional, em simultâneo. Mais de 20% dos participantes mencionou ter outras formações (e.g., cursos superiores na área das ciências sociais). Os dados detalhados podem ser consultados na tabela 2.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA HOMENS

Tabela 2:

Experiência e formação profissional dos participantes (n = 1653)

	Participantes
	%
Casos de VD	
Nenhum	9
1 a 10	21.9
11 a 49	22.7
50 a 100	9.3
Mais de 101	5.8
Número indeterminado	31.3
Casos de homens vítimas de VD	
Nenhum	29.2
1 a 10	41.9
11 a 49	3.5
50 a 100	.4
Mais de 101	.4
Número indeterminado	24.5
Casos denúncia contra denúncia	
Nenhum	84.7
1 a 10	2.2
11 a 49	0.5
Número indeterminado	12.5

2.3. Instrumentos/medidas

Para o efeito, foi construído um instrumento de autorrelato, constituído por duas partes: a 1ª englobava as variáveis sociodemográficas (e.g., sexo, idade e estado civil), a profissão (e.g., há quanto tempo exerce a função?) e a formação (e.g., escolaridade e formação específica na área de VD); a 2ª parte consistia num inventário de respostas fechadas, com 47 afirmações sobre VD e HC, com 5 opções de resposta (escala tipo *Likert*): “*discordo muito*”, “*discordo*”, “*nem discordo, nem concordo*”, “*concordo*”, “*concordo muito*”.

Neste estudo foram analisadas apenas 22 afirmações, nomeadamente aquelas que iam de encontro com os objetivos da investigação². As afirmações foram depois organizadas em subescalas, por temáticas, resultando 4 subescalas: *Razões para a agressão* (SubRA - A7, A9, A12, A13, A22, A23, A25, A30, A34, A36), *Motivos para permanecer na relação* (SubMP - A14, A27, A28, A31, A33), *Denúncia* (SubDN - A15, A37, A39) e *aspetos sociais associados aos homens vítimas* (SubSO - A10, A20, A29, A44)

Das afirmações presentes no inventário, cada uma correspondia a uma afirmação sobre VD. Assim, quanto maior fosse o valor total obtido no inventário³, mais ajustadas seriam as perceções sobre esses fenómenos (pontuação total variava entre 0 e 88).

2.4. Procedimentos

Foi pedida a autorização às instituições envolvidas na investigação. Simultaneamente procedeu-se à construção do instrumento com base na literatura acerca da temática em questão. Com o intuito de abranger uma maior área geográfica de recolha de dados, o instrumento foi disponibilizado *online* durante dois meses (Março e Abril de 2016). Previamente foi disponibilizada uma breve explicação acerca dos objetivos do estudo e o consentimento informado, onde constavam a confidencialidade, o anonimato e salientado o carácter voluntário da participação.

² Do conjunto de afirmações do inventário, apenas foram analisados os dados relativos aos objetivos da presente investigação. As restantes afirmações, relativas à VD e ao homicídio conjugal foram analisadas numa outra tese de mestrado

³ Para alguns itens, a pontuação foi calculada de forma invertida devido à forma como estava formulado (ex. as mulheres só agridem em auto-defesa).

2.5. Metodologia de análise de dados

Os dados foram analisados no programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS: Versão 21). Esta análise englobou duas fases: a estatística descritiva e a estatística inferencial. Primeiramente os dados foram sujeitos a uma análise descritiva, que envolveu medidas de tendência central e de dispersão. As primeiras consistiram na média, moda e mediana das variáveis e as segundas às frequências e desvio-padrão, por exemplo.

Tendo em consideração as hipóteses desta investigação, realizaram-se análise de correlações e diferenças entre grupos: Testes de Associação (Coeficiente de Correlação de Spearman) e Testes de Diferenças (Teste de Mann-Whitney e Teste de Kruskal- Wallis).

3. Resultados

3.1. Perceções sobre VD contra os homens

O valor total do questionário variou entre 36 e 81 ($M=51.89$; $DP = 5.62$), confirmando que, em média, os participantes apresentam perceções ajustadas (H1).

Na subescala *Razões para a agressão* (SubRA), a pontuação possível estaria entre 0 e 40 e os valores de resposta variaram entre os 5 e os 24 ($M = 14.32$; $DP = 2.80$). Quanto à subescala *Motivos para permanecer na relação* (SubMP), a pontuação possível seria entre 0 e 20 e os valores de resposta variaram entre 3 e 20 ($M = 10.58$; $DP = 2.30$). Na subescala *Denúncia* (SubDN), a pontuação possível seria entre 0 e 12 e os valores de resposta variaram entre esse intervalo ($M = 6.62$; $DP = 2.23$). Na subescala acerca das *aspetos sociais associados aos homens vítimas* (SubSO), a pontuação possível seria entre 0 e 16 e os valores de resposta variaram entre 2 e 14 ($M = 8.81$; $DP = 1.58$).

No que respeita às subescalas anteriormente referidas, as perceções mais ajustadas foram evidenciadas nas subescalas relacionadas com aspetos sociais (e.g., o homem só é agredido se quiser) e razões para a agressão. As perceções mais ambíguas estavam relacionadas com os motivos para permanecer na relação e com a denúncia.

Analisando apenas as médias de resposta, no que respeita à escolaridade, o grupo com ensino superior apresentou uma média superior à média dos restantes grupos ($M = 52.86$; $DP = 5.85$), seguindo-se o ensino secundário ($M = 51.84$; $DP = 5.56$), os que detinham o 3º ciclo

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA HOMENS

($M = 50.70$; $DP = 5.03$), os que completaram o 2º Ciclo ($M = 47.95$; $DP = 4.85$) e, por fim, os participantes com o 1º ciclo ($M = 44.00$; $DP = 7.07$).

Os participantes sexo feminino apresentaram uma média superior, comparativamente aos participantes do sexo masculino ($M = 52.21$; $DP = 6.08$; $M = 51.85$; $DP = 5.58$, respetivamente).

Os participantes mais novos apresentaram a média de respostas mais alta da amostra ($M = 54.30$; $DP = 6.74$), seguindo-se os da faixa etária compreendida entre os 25 e os 44 anos ($M = 52.33$; $DP = 5.71$) e os da faixa etária mais alta ($M = 50.78$; $DP = 5.10$).

Quanto ao estado civil, os solteiros ($M = 52.59$; $DP = 6.09$) apresentaram médias superiores relativamente aos divorciados ($M = 51.80$; $DP = 5.79$), casados/unidos de facto ($M = 51.72$; $DP = 5.72$) e aos viúvos ($M = 46.75$; $DP = 3.40$).

Os participantes que relataram ter estado envolvidos entre 50 a 100 casos (VD e VD contra homens) apresentaram médias de resposta superiores aos restantes grupos (cf. tabela 3).

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA HOMENS

Tabela 3:

Respostas dos participantes ao inventário (n = 1653)

	Discordo	Não concordo, Nem discordo	Concordo
	%	%	%
A7. É o ciúme e a desconfiança que levam as mulheres a ser agressivas com os seus companheiros.	24.1	39.1	36.8
A9. As mulheres só agriem os companheiros/ex companheiros para defender os filhos.	85.2	12.9	1.9
A10. Os homens tendem a reportar menos incidentes de violência doméstica do que as mulheres.	6.8	5.3	87.8
A12. A não-aceitação do fim de uma relação íntima leva a que muitas mulheres sejam agressivas com os seus companheiros.	14.3	31.9	53.8
A13. As mulheres só agriem os companheiros/ex companheiros quando são vítimas de violência prolongada no tempo (isto é, ao longo de muitos anos).	63.2	25.2	11.7
A14. O receio de não voltar a ver os filhos impede os homens vítimas de violência doméstica de se separarem.	32.5	41.9	25.7
A15. Os homens vítimas de violência doméstica não apresentam queixa porque acreditam que há uma falta de apoio por parte das instituições quando se trata de vítimas homens.	36.8	28.9	34.3

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA HOMENS

A20. Nos casos de violência doméstica, o homem só é agredido se quiser. Caso contrário, tem força suficiente para travar a companheira/ex companheira.	85.8	11.3	2.9
A22. As mulheres só agredem os companheiros/ ex-companheiros, quando há historial de abuso de substâncias (ex.: álcool, droga) por parte de um dos membros do casal.	80.3	16.5	3.1
A23. Os homens só são vítimas de violência doméstica quando as companheiras/ ex companheiras têm problemas de saúde mental.	86.9	11.1	2
A25. As mulheres só recorrem à violência em momentos de “desespero” ou quando “perdem a cabeça”.	67.9	21.5	10.5
A27. Só os homens com baixa auto-estima é que permanecem numa relação íntima abusiva.	39.8	29.5	30.7
A28. O medo de represálias e/ou retaliações por terceiros (ex: filhos, familiares) levam os homens vítimas de violência doméstica a manter-se em relações abusivas.	36	37.9	26.1
A29. É mais fácil para um homem sair de uma relação abusiva do que para uma mulher.	42.2	31.2	26.6
A30. São os problemas de comunicação no casal que levam as mulheres a ser violentas com os seus companheiros.	38.1	41	20.9
A31. Os homens mantêm-se numa relação íntima abusiva por vergonha do que os outros vão pensar deles se souberem que são vítimas de violência doméstica	15.4	26	58.6

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA HOMENS

A33. A dependência emocional é um dos fatores de permanência dos homens vítimas em relações íntimas que são abusivas.	21.8	37.6	40.5
A34. As mulheres agredem o companheiro sobretudo com intenção de exercer poder/controlo sobre ele.	24.1	33.8	42
A36. Em casos de violência doméstica, as mulheres agredem os companheiros/ex companheiros apenas em legítima defesa.	80.3	15.7	3.9
A37. Os homens vítimas de violência doméstica não denunciam as suas companheiras com receio de que não acreditem na sua história.	30.7	29.7	39.6
A39. Os homens vítimas de violência doméstica não denunciam as suas companheiras por vergonha de serem vistos como vítimas.	14	20.9	65.1
A44. Os homens só apresentam queixa porque se querem vingar da companheira/ ex companheira	57.5	33.2	9.3

3.1.1. Análises correlacionais e diferenciais

Para analisar a relação entre variáveis e verificar a existência de diferenças estatisticamente significativas, foram realizados testes com estes propósitos para as quatro subescalas (SubRA, SubMP, SubDN e SubSO) e para o total do questionário.

No que diz respeito à variável sexo, houve uma diferença estatisticamente significativa entre o sexo feminino e masculino quanto às razões para a agressão, $U = 118428$, $Z = -2.55$, $p < .05$; aos motivos para permanecer na relação, $U = 117042$, $Z = -2.80$, $p < .05$; e denúncia, $U = 120845$, $Z = -2.16$, $p < .05$. Concretamente, os participantes do sexo masculino têm melhor percepção das razões para agressão ($M = 2.60$, $DP = 0.34$) comparativamente com os participantes do sexo feminino ($M = 2.54$, $DP = 0.35$); e o sexo feminino apresenta percepções mais ajustadas que o sexo masculino quanto aos motivos para permanecer na relação (respetivamente, $M = 2.22$, $DP = 0.47$; $M = 2.10$, $DP = 0.46$) e quanto à denúncia (respetivamente, $M = 2.32$, $DP = 0.70$; $M = 2.19$, $DP = 0.75$). Assim, a hipótese que sustenta que o sexo feminino tem percepções mais ajustadas (H3) é corroborada somente nestas duas subescalas.

Quanto ao estado civil, verificou-se uma diferença estatisticamente significativa quanto aos motivos para permanecer na relação, $\chi^2(3) = 28.80$, $p < .001$, e quanto ao score total, $\chi^2(3) = 8.41$, $p < .05$. Analisando as comparações par-a-par, constatou-se que, quanto aos motivos para permanecer na relação, participantes solteiros ($M = 2.24$, $DP = 0.46$) tinham significativamente melhor percepção que os casados ($M = 2.09$, $DP = 0.45$), $p < .001$ e divorciados ($M = 2.09$, $DP = 0.48$), $p < .05$. Quanto ao score total, nenhuma comparação par-a-par é significativa.

Quanto à escolaridade, verificou-se uma diferença estatisticamente significativa quanto as razões para agressão, $\chi^2(4) = 11.21$, $p < .05$; motivos para permanecer na relação, $\chi^2(4) = 25.53$, $p < .001$; e total do questionário, $\chi^2(4) = 30.29$, $p < .001$. Analisando as comparações par-a-par, verificou-se que: quanto às razões para agressão, participantes com o ensino superior ($M = 2.64$, $DP = 0.35$) têm significativamente melhor percepção que participantes com apenas o 3º ciclo ($M = 2.54$, $DP = 0.32$), $p < .05$; Quanto aos motivos para permanecer na relação participantes com o ensino superior ($M = 2.18$, $DP = 0.49$) têm significativamente melhor percepção que participantes com apenas o 2º ciclo ($M = 1.75$, $DP = 0.63$), $p < .05$, ou com apenas o 3º ciclo ($M = 2.03$, $DP = 0.44$), $p < .01$; quanto ao total do

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA HOMENS

questionário, participantes com o ensino superior ($M = 52.86$, $DP = 5.85$) têm significativamente melhor percepção que participantes com o 2º ciclo ($M = 47.95$, $DP = 4.85$), $p < .01$, 3º ciclo ($M = 50.71$, $DP = 5.03$), $p < .001$, e ensino secundário ($M = 51.84$, $DP = 5.56$), $p < .05$; e participantes com o ensino secundário têm melhor percepção que participantes com o 2º ciclo, $p < .05$. Constata-se que os participantes com maior nível de instrução (ensino superior), apresentam percepções mais ajustadas do que os restantes (H2).

Quanto ao número de casos de VD em geral, houve uma diferença estatisticamente significativa nas razões para a agressão, $\chi^2(5) = 22.15$, $p < .001$, e motivos para permanecer na relação, $\chi^2(5) = 13.61$, $p < .05$. Comparações par-a-par demonstram que: quanto às razões para agressão, participantes com nenhum caso ($M = 2.52$, $DP = 0.33$) têm significativamente pior percepção que participantes que tiveram entre 50 e 100 casos ($M = 2.64$, $DP = 0.35$), $p < .05$ e aqueles que tiveram mais de 101 casos ($M = 2.71$, $DP = 0.33$), $p < .01$, e participantes que tiveram entre 1 e 10 casos ($M = 2.56$, $DP = 0.34$) têm pior percepção que participantes com mais de 101 casos, $p < .05$; Quanto aos motivos para permanecer na relação, participantes que tiveram entre 1 e 10 casos ($M = 2.17$, $DP = 0.47$) têm pior percepção que participantes com mais de 101 casos ($M = 2.03$, $DP = 0.53$), $p < .05$. Assim, H5 apenas se verifica para as subescalas SubRA e SubMP nas diferenças entre os grupos acima descritas.

Quanto ao número de casos de VD especificamente contra homens, verificou-se uma diferença estatisticamente significativa nas razões para a agressão, $\chi^2(5) = 31.78$, $p < .001$, e no score total, $\chi^2(5) = 11.97$, $p < .05$. Comparações par-a-par, referem que: quanto às razões para agressão, participantes com nenhum caso ($M = 2.53$, $DP = 0.34$) têm significativamente pior percepção que participantes que tiveram entre 1 e 10 casos ($M = 2.60$, $DP = 0.35$), $p < .01$, entre 11 e 49 casos ($M = 2.72$, $DP = 0.29$), $p < .001$, e número indeterminado de casos ($M = 2.62$, $DP = 0.33$), $p < .01$; Quanto ao score total, nenhuma comparação par-a-par se mostrou significativa. Deste modo, a H5 confirma-se para a subescala SubRA, apenas entre os grupos acima descritos.

A faixa etária dos participantes revelou estar negativa e significativamente correlacionada com as razões para a agressão, $\rho = -.06$, $p < .05$, motivos para permanecer na relação, $\rho = -.13$, $p < .001$, denúncia, $\rho = -.05$, $p < .05$, subescala dos aspetos sociais, $\rho = -.08$, $p < .01$, e total do questionário, $\rho = -.13$, $p < .001$. Assim, com o aumento da idade, existe um decréscimo da percepção ajustada, o que corrobora a quarta hipótese.

4. Discussão

O presente estudo é um dos poucos, a nível nacional e internacional, que analisa as percepções das forças de segurança acerca da VD contra homens, sendo pioneiro no estudo das percepções desses profissionais acerca das razões para a agressão, dos motivos para os homens vítimas permanecerem em relações abusivas, dos obstáculos à denúncia e aspetos sociais relacionados com os homens vítimas (e.g., assunções sociais acerca dos mesmos).

Apesar de alguma ambiguidade de alguns resultados (e.g., nos motivos para permanecer na relação), os mesmos revelam que as FS estão informadas sobre a temática em estudo e sobre as vertentes alvo de atenção.

A crescente relevância dada à VD, nomeadamente o investimento nacional em ações de formação e sensibilização concebidos às FS, poderão ter influenciado as percepções das mesmas, que se tem alterado nos últimos anos. Nesta investigação as FS apresentaram, na generalidade, percepções ajustadas sobre o fenómeno em estudo o que vai de encontro com estudos anteriores (e.g., Gover, Paul, & Dodge, 2011) que defendiam a necessidade de considerar a VD como um problema social relevante e crime grave, corroborando a primeira hipótese apresentada.

Na maioria das afirmações foi clara a tendência de resposta dos participantes, contudo algumas apresentaram dispersão de resposta.

Na subescala relativa às razões para a agressão existiu uma tendência clara e ajustada nas respostas para a maioria das afirmações, apenas três apresentaram dispersão de resposta, nomeadamente, as que referiam como razões para a agressão o ciúme, desconfiança, problemas de comunicação e poder/controlo. Porém, este reconhecimento das razões para a agressão, reflete, por si só, uma clara visão do homem como vítima o que corrobora estudos que defendem esta perspetiva (e.g., Casimiro, 2008).

Na subescala dos motivos para permanecer na relação apenas uma das afirmações apresenta clara tendência de resposta: vergonha dos homens serem vistos como vítimas de VD. Apesar de estudos revelarem que esta não é das principais razões apontadas para permanecer na relação (Eckstein, 2011; Hines & Douglas, 2010 a), o facto da sociedade conceber os homens como o sexo forte (e.g. Shuler, 2010) não “permitindo” que estes sejam vítimas (Lupri, 2004), poderá estar na base desta percepção da vergonha como motivo de permanência na relação abusiva.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA HOMENS

Apesar da literatura revelar que os homens não denunciam com receio que não acreditem na sua história e por considerarem que existe falta de apoio por parte das instituições (e.g., Hines et al., 2007), os participantes revelaram uma resposta ambígua face a estas afirmações, algo que é preocupante, uma vez que, sendo as FS as primeiras a intervir em casos de VD é crucial estarem informados dos obstáculos que impedem os homens vítimas de denunciar, de modo a mitigá-los. É necessário existir mais pesquisa e formação nesta área para melhorar a intervenção das FS (e.g., Frazer & Miller, 2009).

Verificou-se uma ambiguidade de resposta na afirmação relativa à facilidade do homem sair da relação (SubSO). Antigamente defendia-se que o homem possuía mais recursos (e.g., socioeconómicos) que a mulher para deixar a relação. Contudo, estudos comprovam que esta perspetiva está errada, ou seja, aspetos económicos (e.g., não terem onde viver) e sociais (e.g., comentarem a sua vida privada) também são apontados pelos homens como impedimento para deixarem a relação (e.g., Hines e Douglas, 2010 b). Esta tendência ambígua de resposta pode dever-se à falta de informação nesta área e à persistência das ideias estereotipadas da sociedade.

O maior nível de instrução dos participantes refletiu-se em perceções mais ajustadas o que vai de encontro a outro estudo nacional, onde foi constatado que os indivíduos com maior grau académico apresentaram menos crenças legitimadoras sobre a VD (Matos & Cláudio, 2010). Outra investigação realizada com profissionais das forças de segurança também defende que participantes com níveis mais elevados de educação reportaram maiores níveis de empatia, menor benevolência e menor sexismo hostil do que profissionais com menores níveis de educação (Gracia, García, & Lila, 2011).

A conclusão de que os participantes mais novos apresentam perceções, geralmente, mais ajustadas, corrobora outros estudos (e.g., Machado et al., 2009), que demonstraram que os participantes mais velhos apresentaram mais crenças legitimadoras sobre a VD. Uma possível justificação para este resultado pode residir na crescente sensibilização que se tem vindo a notar nos últimos anos, na gradual consciencialização acerca do fenómeno e as características da VD e a recente aposta nas formações institucionais que abordam estes temas e novas perspetivas do fenómeno (Machado et al., 2009). Esta visão também pode justificar o facto dos participantes solteiros apresentarem perceções mais ajustadas, uma vez que a este grupo pertencem os participantes mais jovens.

Participantes do sexo feminino apresentaram perceções mais ajustadas em relação aos motivos de permanência na relação abusiva e aos obstáculos à denúncia, ao passo que, os participantes do sexo masculino, revelaram perceções mais ajustadas no que respeita às razões

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA HOMENS

para a agressão. As percepções deste resultado para o sexo feminino parece corroborar outros estudos (e.g., Coelho, 2010; Matos & Cláudio, 2010; Stalans & Finn, 2006), onde os autores concluíram que os participantes do sexo masculino tendem a apresentar percepções diferentes, com níveis superiores de legitimação e banalização da VD. De ressaltar que, para além de não terem sido encontradas diferenças estatisticamente significativas entre o sexo dos participantes, as amostras obtidas nestes estudos não apresentam as mesmas características da presente investigação (e.g., não incluem as duas forças de segurança ou incluem participantes de outras áreas). Não foram encontrados estudos que suportassem as percepções ajustadas do sexo masculino, contudo, analisando as razões para a agressão apresentadas no inquérito e tendo em consideração estudos realizados com vítimas e agressores de ambos os sexos (e.g., Neal & Edwards, 2015), as razões apresentadas são mais idênticas às referidas pelo sexo masculino em estudos acerca de razões para a agressão, o que, em conjunto com o facto da maioria dos participantes ser do sexo masculino, poderá explicar esta tendência.

Não obstante os resultados obtidos, a presente investigação revela algumas limitações. Ao nível da recolha dos dados, a opção por um instrumento de autorrelato, apesar das suas mais-valias (e.g., fácil preenchimento, aplicação a uma amostra de grande dimensão, num curto espaço de tempo), poderá ter propiciado alguma desejabilidade social por parte dos participantes. Além disso, o inventário, sendo um instrumento de resposta fechada, limita a quantidade de informação recolhida. A recolha de uma amostra mais heterogénea (ao nível do sexo e idade) permitiria uma maior riqueza dos dados. A metodologia de recolha (*online*) pode ter influenciado a média de idades relativamente baixa da amostra ($M = 40,05$; $DP = 8,64$).

5. Conclusão

Os homens vítimas de VD experienciam sintomas psicológicos significativos por causa da violência de que são alvo (e.g., Machado & Matos, 2012; Randle & Graham, 2011). Frequentemente, as FS, devido a lacunas na sua intervenção, provocam a vitimização secundária dos homens (e.g. Hines & Douglas, 2007), reforçando a não procura de apoio. Deste modo, é necessário investir em mais estudos nesta área, uma vez que, sendo as FS um dos primeiros recursos em casos de VD e as suas intervenções pautadas pelas suas perceções, a sua interação com as vítimas pode ter influência crucial em futuras procuras de ajuda (e.g., Logan, Shannon, & Walker, 2006).

Assim, este estudo assume-se como um contributo na direção de investigações futuras sobre este tema, podendo ser replicado utilizando uma metodologia de recolha de dados qualitativa, facilitando a compreensão e o enriquecimento das respostas dos participantes e uma amostra mais heterogénea quanto ao sexo quer quanto à idade dos profissionais. Investigações futuras poderão analisar as perceções das FS e a sua prática profissional, articulando depois com as perceções das próprias vítimas alvo dessas intervenções, o que seria enriquecedor para a melhoria dos serviços prestados.

Uma das implicações mais relevantes reside na necessidade de um treino mais específico na área da VD, sendo pertinente desenvolver programas dirigidos aos profissionais que enfatizem as descobertas recentes em relação a esta temática, informando-os e sensibilizando-os, propiciando uma melhoria na prestação os seus serviços. Sublinha-se que a maioria dos participantes não tinha realizado qualquer formação na área da VD e essa é uma lacuna que deve ser mitigada, sobretudo a nível institucional. Face aos resultados encontrados, torna-se, também, pertinente discutir até que ponto é que os participantes se basearam na sua prática e intervenção para responder ao inquérito, uma vez que a lei é independente do sexo da vítima. É indispensável promover um trabalho mais atento, não só com estes profissionais como com todos os que interagem com vítimas, promovendo o reconhecimento social das vítimas (independentemente do sexo) e a não minimização da realidade que se conhece.

5. Referências Bibliográficas

- Archer, J. (2000). Sex differences in aggression between heterosexual partners: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 126(5), 651-680. doi:10.1037//0033-2909.126.5.651
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). (2016). Estatísticas APAV: Relatório Anual 2015. Acedido abril 26, 2016, em <http://www.apav.pt>
- Bair-Merritt, M. et al. (2010). Why do women use intimate partner violence? A systematic review of women's motivations. *Trauma Violence Abuse*, 11, 178-189. doi:10.1177/1524838010379003
- Barber, F. (2008). Domestic violence against men. *Nursing Standard*, 22(51), 35-39. Retrieved from <http://journals.rcni.com/doi/pdfplus/10.7748/ns2008.08.22.51.35.c6644>
- Carmo, R., Grams, A., & Magalhães, T. (2011). Men as victims of intimate partner violence. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, 18, 355-359. doi:10.1016/j.jflm.2011.07.006
- Casimiro, C. (2008). Violências na conjugalidade: A questão de simetria de género. *Análise Social*, 43(3), 579-601. Acedido abril 15, 2015, em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1222271301F5hRJ2yz1Oz55WJ0.pdf>
- Coelho, A. (2010). *Crenças e atitudes dos agentes policiais face à violência contra a mulher*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Medicina, Universidade do Porto, Porto.
- Costa, D., Soares, J., Lindert, J., Hatzidimitriadou, E., Sundin, Ö., Toth, O., Ioannidi-Kapolo, E., & Barros, H. (2015). Intimate partner violence: a study in men and women from six European countries. *International Journal Public Health*, 60, 467-78. doi: 10.1007/s00038-015-0663-1

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA HOMENS

- DGPJ – Direção-Geral da Política de Justiça (2016). Crimes registados pelas autoridades policiais em 2015. *Boletim de Informação Estatística*, 39. Acedido 29 abril, 2016, em <http://www.dgpj.mj.pt>
- Dobash, R., & Dobash, R. (2004). Women's violence to men in intimate relationships: Working on a puzzle. *British Journal Criminology*, 44, 324-349. doi: 10.1093/bjc/azh026
- Eckstein, J. (2011). Reasons for staying in intimately violent relationships: Comparisons of men and women and messages communicated to self and others. *Journal of Family Violence*, 26, 21 – 30. doi: 10.1007/s10896-010-9338-0
- Frazer, A., & Miller, M. (2009). Double standards in sentence structure: Passive voice in narratives describing domestic violence. *Journal of Language and Social Psychology*, 28(1), 62-71. doi:10.1177/0261927X08325883
- Gover, A., Paul, D., & Dodge, M. (2011). Law enforcement officers' attitudes about domestic violence. *Violence Against Women*, 17, 619-636. doi:10.1177/1077801211407477
- Gracia, E., García, F., & Lila, M. (2011). Police attitudes toward policing partner violence against women: Do they correspond to different psychosocial profiles? *Journal of Interpersonal Violence*, 26, 189-207. doi:10.1177/0886260510362892
- Hamberger, L. (2005). Men's and women's use of intimate partner violence in clinical samples: Toward a gender-sensitive analysis. *Violence and Victims*, 20, 131-151. doi: 10.1891/08866708.2005.20.2.131
- Hamberger, L. K. & Larsen, S. E. (2015). Men's and women's experience of intimate partner violence: A review of ten years of comparative studies in clinical samples: Part 1. *Journal of Family Violence*, 30, 699–717. doi: 10.1007/s10896-015-9732-8
- Hester, M. (2012). Portrayal of women as intimate partner domestic violence perpetrators. *Violence Against Women*, 18, 1067-1082. doi:10.1177/1077801212461428

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA HOMENS

- Hines, D. (2007). Post-traumatic stress symptoms among men who sustain partner violence: An international multisite study of university students. *Psychology of Men & Masculinity*, 8, 225-239. doi: 7/1524-9220.8.4.225
- Hines, D., & Douglas, E. (2009). Women's use of intimate partner violence against men: Prevalence, implications and consequences. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 18, 572-586. doi:10.1080/10926770903103099
- Hines, D., & Douglas, E. (2010a). Intimate terrorism by women towards men: Does it exist? *Journal of Aggression Conflict and Peace Research*, 2, 36-56. doi: 10.5042/jacpr.2010.0335
- Hines, D., & Douglas, E. (2010b). A closer look at men who sustain intimate terrorism by women. *Partner Abuse*, 1, 286-313. doi: 10.1891/1946-6560.1.3.286
- Hines, D., & Douglas, E. (2011a). Symptoms of post-traumatic stress disorder in men who sustain intimate partner violence: A study of help seeking and community samples. *Psychology of Men & Masculinity*, 12, 112-127. doi: 10.1037/a0022983
- Hines, D., & Douglas, E. (2011b). The reported availability of U.S. domestic violence services to victims who vary by age, sexual orientation, and gender. *Partner Abuse*, 2, 3-29. doi: 10.1981/19466560.2.1.3
- Hines, D., & Douglas, E. M. (2009). Women's use of intimate partner violence against men: Prevalence, implications, and consequences. *Journal of aggression, maltreatment & trauma*, 18, 572-586. doi: 10.1080/10926770903103099
- Hines, D., & Malley-Morrison, K. (2001). Psychological effects of partner abuse against men: A neglected research area. *Psychology of Men & Masculinity*, 2, 75-85. doi: 10.1037/1524-9220.2.2.75

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA HOMENS

Hines, D., Brown, J., & Dunning, E. (2007). Characteristics of callers to the domestic abuse helpline for men. *Journal of Family Violence*, *22*, 63-72. doi:10.1007/s10896-006-9052-0

Kernsmith, P. (2005). Exerting power or striking back: A gendered comparison of motivations for domestic violence perpetration. *Violence and Victims*, *20*, 173-184. doi: 10.1891/088667005780905605

Logan, T.K., Shannon, L., & Walker, P. (2006). Police attitudes toward domestic violence offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, *21*, 1365-1374. doi:10.1177/0886260506291653

Lupri, E. (2004). *Domestic violence: The case of male abuse*. Expanded and revised version of a commissioned document entitled intimate partner violence against men. Ottawa, Ontario: National Clearing House on Family Violence.

Machado, A., & Matos, M. (2012). Homens de quem não se fala: As vítimas esquecidas da violência na intimidade. *Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Psicologia da Justiça*, *5*, 5-28.

Machado, A., & Matos, M. (2014). Homens vítimas na intimidade: Análise metodológica dos estudos de prevalência. *Psicologia & Sociedade*, *26* (3), 726-736. Acedido março 20, 2015, em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309332050021>

Machado, A., Denise, H., & Matos, M. (2016). Help-seeking and needs of male victims of intimate partner violence in Portugal. *Psychology of Men & Masculinity*, *online first*. doi:10.1037/men0000013

Machado, A., Graham-Kevan, N., & Matos, M. (2016). *Men and intimate partner violence: Victims, perpetrators or overlap*. Manuscript submitted for publication.

Machado, A., Hines, D., & Matos, M. (2016). *How is victimization sustained by male victims of intimate partner violence?* Manuscript in preparation.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA HOMENS

Machado, C., et al. (2009). Crenças e atitudes dos profissionais face à violência conjugal:

Estudos com profissionais de saúde, polícias e professores. *Acta Médica Portuguesa*, 22(6), 735-742. Acedido março 23, 2015, em <http://hdl.handle.net/1822/30941>

Matos, M. (2006). *Violência nas relações de intimidade: Estudo sobre a mudança*

psicoterapêutica na mulher [Violence in intimate relationships : Study on

psychotherapeutic change in women]. Dissertação de candidatura ao grau de doutor

em Psicologia pela Universidade do Minho [Dissertation to the degree of Doctor of

Psychology from the University of Minho]. IEP: Universidade do Minho.

Matos, T., & Cláudio, V. (2010). Crenças acerca da violência doméstica em diferentes classes

profissionais ligadas à elaboração e execução da legislação em vigor. *Actas do VII*

Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, 3205-3218.

Ménard, K. S., Anderson, A. L., & Godboldt, S. M (2009). Gender differences in intimate

partner recidivism. *Criminal Justice and Behavior*, 36(1), 61-76. doi:

10.1177/0093854808325905

Ministério da Administração Interna (2015). *Relatório anual de segurança interna (RASI)*.

Acedido abril 16, 2016, em <http://www.portugal.gov.pt>

Ministério da Administração Interna (2015). *Violência Doméstica 2014: Relatório anual de*

monitorização. Acedido maio 10, 2015, em <http://www.sgmai.mai.gov.pt>

Muller, H., Desmarais, S., & Hamel, J. (2009). Do judicial responses to restraining order

requests discriminate against male victims of domestic violence? *Journal of Family*

Violence, 24, 625-637. doi:10.1007/s10896-009-9261-4

Neal, A. M., & Edwards, K. M. (2015). Perpetrators' and Victims' Attributions for IPV A

Critical Review of the Literature. *Trauma, Violence, & Abuse*, 1-29

doi:10.1177/1524838015603551

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA HOMENS

- Randle, A., & Graham, C. (2011). A review of evidence on the effects of intimate partner violence on men. *Psychology of Men & Masculinity, 12*, 97-111.
doi:10.1037/a0021944
- Russel, M. & Light, L. (2006). Police and victim perspectives on empowerment of domestic violence victims. *Police Quarterly, 9*, 375-396. doi:10.1177/1098611104264495
- Shuler, C. (2010). Male victims of intimate partner violence in the United States: An examination of the review of literature through the critical theoretical perspective. *International Journal of Criminal Justice Sciences, 5* (1), 163-173. Retrieved from <http://www.sascv.org/ijcjs/pdfs/carolettaijcs2010vol5iss1.pdf>
- Sousela, L. (2006). *Violência Conjugal Feminina: Contextos, motivos e consequências*. (Tese de Mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto.
- Stalans, L., & Finn, M. A. (2006). Public and police officers' interpretation and handling of domestic violence cases: Divergent realities. *Journal of Interpersonal Violence, 21*, 1129-1155. doi:10.1177/0886260506290420
- Tilbrook, E., Allan, A., & Dear, G. (2010). Intimate partner abuse of men. *Men's Advisory Network. Perth: Western Australia*. Retrieved from http://www.ecu.edu.au/__data/assets/pdf_file/0007/178297/10_Tilbrook_Final-Report.pdf
- Tsui, V. (2014). Male victims of intimate partner abuse: Use and helpfulness of services. *Social Work, 59*, 121-30. doi: 10.1093/sw/swu007
- Tsui, V., Cheung, M., & Leung, P. (2010). Help-seeking among male victims of partner abuse: Men's hard times. *Journal of Community Psychology, 38*, 769-780. doi: 10.1002/jcop.20394